

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 569.527 - SP (2020/0076707-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : VICTOR HUGO PIRES SOARES (PRESO)
ADVOGADOS : LUIZ PIRES MORAES NETO - SP204331
YURI JANSISKI MOTTA - SP141465
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO INDEFERIMENTO LIMINAR DO *HABEAS CORPUS*. TOTAL DESCABIMENTO.

Pedido de reconsideração não conhecido.

DECISÃO

Mediante a decisão de fls. 49/51, indeferi liminarmente o pedido de *habeas corpus* formulado em nome de **Victor Hugo Pires Soares** de cumprimento imediato da Recomendação n. 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, de forma que aguarde em liberdade o processamento da ação penal. Este foi o resumo do *decisum*:

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRETENSÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DAS DECISÕES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. SÚMULA 691/STF. INCIDÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE.

Petição inicial indeferida liminarmente.

Sobreveio pedido de reconsideração dessa decisão e juntada de algumas peças, *não havendo decisão anterior para pedido formulado pelo paciente* (fl. 54). Assim, o requerente pede a concessão da prisão *domiciliar em virtude de sua condição de saúde e de acordo com a Recomendação 62/2020 ou, ainda, que seja revogada a prisão preventiva mediante o estabelecimento de outras medidas cautelares diversas* (fl. 54).

É o relatório.

Não tem cabimento o atual pedido.

Além de não terem sido rebatidas todas as razões expostas na decisão de fls.

49/51, é certo que qualquer pretensão buscando a prisão domiciliar ante a crise de pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19) deve ser dirigido, primeiro, em casos como o ora apresentado, ao magistrado com competência para a fase de conhecimento e submetido ao conhecimento do respectivo Tribunal.

Na espécie, pelo que consta agora dos autos, o Juízo *a quo* determinou fosse encaminhado ofício *ao estabelecimento prisional em que esta recluso o réu Victor Hugo, para que seja observado, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CNJ na Recomendação 62/2020, local adequado para isolamento do réu em relação a população carcerária, dentro das medidas possíveis para a contenção da propagação do Covid-19* (fl. 70).

O Tribunal de Justiça, por sua vez, ainda não julgou a questão.

A propósito do tema, vale a leitura da notícia divulgada no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal, referente à apreciação, em 18/3/2020, pelo Plenário, do pedido de tutela provisória incidental na ADPF n. 347/DF (<http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439697>), grifo nosso:

[...] Por unanimidade, os ministros acompanharam o entendimento do relator sobre a ilegitimidade de *amicus curiae* para requerer medida cautelar. Porém, divergiram quanto a recomendação aos juízes de execução penal. **O ministro Alexandre de Moraes, que abriu a divergência, destacou que, para evitar a disseminação do novo coronavírus nas prisões, o CNJ recomendou a análise de situações de risco caso a caso.** A divergência foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, e Dias Toffoli. O ministro Gilmar Mendes acompanhou o relator na concessão de ofício das sugestões.

CNJ

A Recomendação 62/2020 do CNJ, citada no julgamento, **traz orientações aos Tribunais e aos magistrados quanto à adoção de medidas preventivas contra a propagação do novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.** Em relação aos que já estão encarcerados, sugere a reavaliação de prisões provisórias, especialmente quanto a **grupos mais vulneráveis (como mães, portadores de deficiência e indígenas) ou quando o estabelecimento estiver superlotado ou sem atendimento médico.** Recomenda, ainda, reavaliação de prisões preventivas com prazo superior a 90 dias ou que resultem de crimes menos graves, além de indicar que novas ordens de prisão devem respeitar ‘máxima excepcionalidade’.

Quanto aos presos que já cumprem pena, a recomendação é para que os magistrados avaliem a concessão de saída antecipada nos casos previstos em lei e na jurisprudência, e também a reconsideração do cronograma de saídas temporárias em aderência a planos de contingência elaborados pelo Executivo. Recomenda a opção pela prisão domiciliar aos presos em regime aberto ou semiaberto ou quando houver sintomas da doença, assim como suspensão da

Superior Tribunal de Justiça

obrigatoriedade de apresentação em juízo pelo prazo de 90 dias nos casos aplicáveis. [...]

Vale ressaltar que a alínea *b* do inciso I do art. 4º da referida recomendação preceitua que a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, priorizará pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam **com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição**, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que **tenham de instalações que favoreçam a propagação** do novo coronavírus (grifo nosso).

In casu, ao que tudo indica, nenhum desses pressupostos foram observados pelo requerente e as providências possíveis já foram tomadas na origem para evitar um mal maior.

Quanto aos requisitos da prisão preventiva, é indevida a pretendida supressão de instância. Caberá ao Tribunal estadual analisar antes se é legítima a custódia cautelar alicerçada, por exemplo, na existência de **grupo organizado** voltado à distribuição *de drogas, o que denota a periculosidade dos envolvidos, sendo que Ítalo se encontra foragido [...]* (fl. 60) e na *necessidade de se identificar o fornecedor, sendo certo o envolvimento de mais pessoas* (fl. 55).

Não conheço do presente pedido.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator